

A110.828

Dinheiro.

**Mercedes
retoma
contratos**

Os 1,5 mil trabalhadores da Mercedes-Benz estavam no lay-off desde junho. Retomada de vendas motiva alta na produção.

EDITORA:
ELAINE SILVA
ecferreira@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8327
agazeta.com.br/dinheiro
gazetadinheiro

DILMA VETOU

ROYALTIES

VALEU, MINISTRO FUX

Membro do STF suspendeu votação do veto marcada para hoje

▲ **RONDINELLI TOMAZELLI**
rtomazelli@redgazeta.com.br

DE BRASÍLIA

Numa decisão que salvou o Rio de Janeiro e o Espírito Santo de uma derrota dada como certa, o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu a votação em regime de urgência do veto presidencial à lei que redivide os royalties do petróleo em campos já leiloados. Com isso, caiu a manobra dos Estados não produtores de derrubar, em sessão marcada para hoje, a decisão da presidente Dilma Rousseff (PT) de preservar contratos firmados, direitos adquiridos e receitas comprometidas.

Tomada no fim da tarde de ontem, a decisão revoltou parlamentares no Congresso e é provisória. Agora, um novo embate jurídico se inicia porque, a pedido do presidente José Sarney, o Senado recorrerá hoje ao plenário do STF com um agravo de instrumento pedindo a reconsideração da liminar.

Esse agravo, segundo a assessoria de Sarney, tem prioridade de pauta - mas o Plenário do Supremo só vai se reunir amanhã. Hoje, portanto, o veto não poderá ser votado, mas nada



Luiz Fux determinou que Congresso deverá votar antes outros 3 mil vetos; Sarney vai entrar com recurso

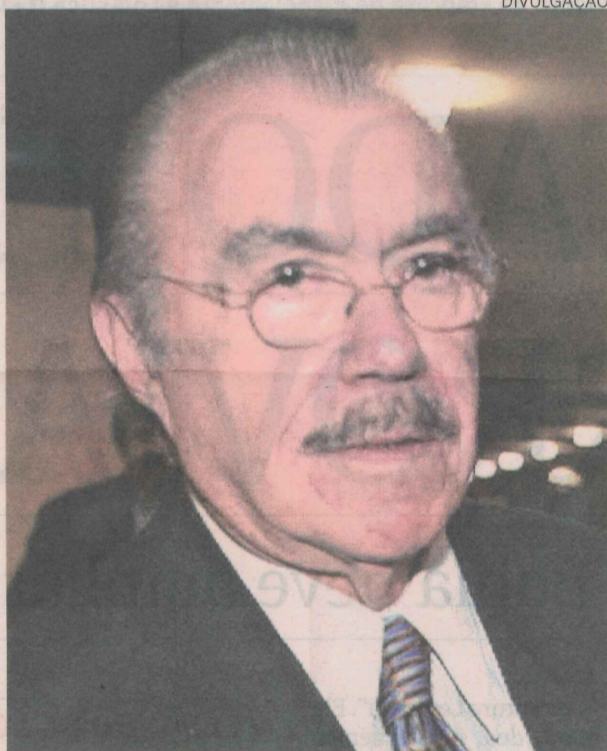
impede que Sarney remarque a sessão para amanhã, logo após o STF se manifestar.

Na liminar atendendo ao mandado de segurança protocolado na quinta-feira pelo deputado Alessandro Molon (PT-RJ), Fux considerou que o veto parcial de Dilma não pode ser examinado antes dos outros 3 mil vetos presidenciais que aguardam a

apreciação do Congresso. O ministro determinou à Mesa do Congresso que a análise dos vetos pendentes tem de ocorrer em ordem cronológica.

Na sessão do Congresso em que se decidiu pela urgência no exame do veto, parlamentares apontaram violação a regras constitucionais e regimentais.

As bancadas capixaba e



DIVULGAÇÃO

de ele, mesmo que derrubado o veto, a medida provisória enviada por Dilma, já em vigor e cobrindo os pontos vetados da lei, se sobrepõe à lei aprovada pelo Congresso.

A deputada Iriny Lopes afirma que o mandado de segurança da bancada capixaba vai ajudar a definir o mérito da questão a favor dos Estados e municípios produtores. "Vamos ajudar a ganhar no mérito. Essa dobradinha com o Rio vai fazer efeito".

Segundo Iriny, se Sarney conseguir derrubar a liminar, o Rio e o Espírito Santo vão pressionar pela decisão de mérito, em que pedem a anulação da sessão que aprovou a urgência, entre outros pontos.

MARCO MAIA

O presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), disse que a liminar concedida por Fux não é impeditivo para que o Congresso aprecie hoje esses vetos.

"Isso não é impedimento porque podemos votar todos os vetos. Não há dificuldades para votar amanhã (hoje) ou quarta-feira. Já votamos aqui dois mil vetos de uma só vez", disse o petista.

fluminense recorreram ao STF com vários mandados para barrar o processo. Para Molon, foi uma decisão importante, oportuna e que cria uma regra objetiva, evitando o casuismo de se escolher qual veto vai ser votado.

"A decisão do STF mostra que mesmo as maiorias eventuais que se formam no Congresso não estão acima das regras da Cons-

tituição e devem obedecê-la, assim como o presidente do Congresso na condução do processo legislativo. Infelizmente, foi necessário recorrer ao Judiciário para obrigar o Congresso a cumprir a Constituição".

O deputado Antony Garotinho (RJ), autor de um dos mandados, também comemorou a decisão: "Isso vai para 2013". Segun-

Casagrande vai fazer novo apelo para Dilma intervir

▲ "O Congresso errou no método e a Justiça corrigiu. Se o Congresso insistir em errar vamos recorrer à Justiça". Assim reagiu o governador Renato Casagrande ao tomar conhecimento da decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal

(STF) Luiz Fux.

Com a decisão, os Estados produtores, que são os que mais perdem com a mudança na sistemática de distribuição dos royalties, ganham mais dois meses: janeiro e fevereiro. Serão mais dois meses de

garantia de repasse de receitas sem perdas para os Estados e os municípios produtores.

Nesse período, Casagrande vai conversar com os governadores e com integrantes do governo federal e propor a constru-

ção de um pacto federativo para evitar que haja perdedores e ganhadores. "Tivemos um enfrentamento desnecessário que poderia ter sido resolvido por meio de um pacto federativo", explica.

A sugestão do governa-

tor é que a coordenação das discussões fiquem com o governo federal. Hoje, ele pretende apresentar a proposta à ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvati.

"Vamos propor aos governadores, ao governo

federal e ao Congresso Nacional a construção de um grande pacto federativo para construir alternativas que apresentem soluções que beneficiem os Estados federados que evitem enfrentamentos desnecessários como o que está acontecendo na questão dos royalties", enfatizou. (Rita Bridi)